



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



Junho/2015

**Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Área: Administração
Especialidade Biblioteconomia**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I
Conhecimentos Específicos II**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos IICaso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a resposta da Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

Eduardo Coutinho, artista generoso

Uma das coisas mais bonitas e importantes da arte do cineasta Eduardo Coutinho, mestre dos documentários, morto em 2014, está em sua recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo. Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos, ele vê de perto pessoa por pessoa, surpreendendo-a, surpreendendo-se, surpreendendo-nos. Não lhe dizem nada expressões coletivistas como “os moradores do Edifício”, os “peões de fábrica”, “os sertanejos nordestinos”: os famigerados “tipos sociais”, usualmente enquadrados por chavões, dão lugar ao desafio de tomar o depoimento vivo de quem ocupa aquela quitinete, de investigar a fisionomia desse operário que está falando, de repercutir as palavras e os silêncios do morador de um povoado da Paraíba.

Essa dimensão ética de discernimento e respeito pela condição singular do outro deveria ser o primeiro passo de toda política. Nem paternalismo, nem admiração prévia, nem sentimentalismo: Coutinho vê e ouve, sabendo ver e ouvir, para conhecer a história de cada um como um processo sensível e inacabado, não para ajustar ou comprovar conceitos. Sua obsessão pela cena da vida é similar à que tem pela arte, o que torna quase impossível, para ele, distinguir uma da outra, opor personagem a pessoa, contrapor fato a perspectiva do fato. Fazendo dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho viveu como um homem/artista crítico para quem já existe arte encarnada no corpo e suspensa no espírito do outro: fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos, apresenta-se, mostra-se, mostra-o, mostra-nos.

(Armando Post, inédito)

1. Ao se referir à *recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo*, identificando-a como uma característica da arte de Eduardo Coutinho, o autor do texto enaltece a capacidade que tem esse cineasta de
- (A) reproduzir os lugares-comuns e as fórmulas conhecidas, aderindo aos valores socialmente aceitos e dados por nós como irrefutáveis.
 - (B) rejeitar as perspectivas estereotipadas que, de forma intempestiva, condicionam nosso modo de enxergar as coisas.
 - (C) desviar-nos da tentação de embaralhar a compreensão que temos da vida, quando ele simplifica e enrijece os valores pelos quais devemos nos guiar.
 - (D) dissipar os valores éticos, substituindo-os por critérios pessoais capazes de nos tornar mais determinados em nossas iniciativas.
 - (E) evitar decididamente os parâmetros estranhos aos códigos sociais já firmados, para que não nos enganemos na apreciação das coisas.

2. Atente para as seguintes afirmações sobre Eduardo Coutinho e sua arte:

- I. As *expressões coletivistas* referidas e exemplificadas no primeiro parágrafo são aquelas que ajudam o cineasta a reconhecer a contribuição original de cada cidadão no exercício de sua função social.
- II. Deve-se entender que, em seus documentários, o cineasta valoriza sobretudo a singularidade das pessoas retratadas, em vez de tomá-las como tipos sociais já identificados e rotulados.
- III. O foco de atenção que o cineasta faz incidir sobre as pessoas que retrata é tão intenso e bem trabalhado que elas surgem como personagens que se revelam para nós em toda a sua verdade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) A admiração pela arte de Eduardo Coutinho, patente nesse texto, justifica-se pelo fato de que o cineasta está preocupado em reconhecer a humanidade das criaturas retratadas, em vez de aceitar a visão estereotipada que se tem delas.
- (B) Patenteiam-se nesse texto a caracterização pessoal que Eduardo Coutinho atribui à seus personagens, cuja dimensão humana é assim admirada e afasta, deste modo, a visão já estereotipada que se costuma ter tanto dela como das demais criaturas.
- (C) É admirável como Eduardo Coutinho, a partir deste texto, revela toda uma arte pessoal quando deixa cair por terra as visões de um mundo pré-estabelecido, ao invés de fraglar, em cada uma das criaturas, a humanidade de um rosto inteiramente original.
- (D) Na medida em que o cineasta Eduardo Coutinho demonstra respeitar a visão original de suas criaturas, em vez de dotá-las como simples estereótipos, sua arte deve ser louvada pelo fato de contribuir para com uma visão crítica pela qual se ultrapassa os parâmetros banais.
- (E) Ao pautar sua arte por uma perspectiva original, em cujo valor jamais se afasta, Eduardo Coutinho não abre mão em favor das visões já viciosas que não nos permitem distinguir as pessoas, tomadas como se fossem tão somente tipos sociais extratificados.

4. Ocorre a transposição correta da voz ativa para a passiva, preservando-se a concordância adequada, no segmento:

- I. *Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos* = em vez de ser contemplado a distância por grupos e segmentos
- II. *para conhecer a história de cada um* = para se conhecer a história de cada um
- III. *fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos* = a câmera é fixada, os olhos e os ouvidos são abertos

Atende ao enunciado APENAS o que está em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



5. Os tempos e os modos verbais estarão corretamente articulados na frase:

- (A) Eduardo Coutinho, morto em 2014, destacara-se como um mestre dos documentários, cuja arte contemplasse o depoimento vivo, sempre que rejeitava o retrato estereotipado das pessoas.
- (B) A exemplo do que houvesse na arte de Eduardo Coutinho, o primeiro passo de toda política deveria ter levado em conta o respeito pela condição singular do outro, conquanto, para isso, surgiam dificuldades.
- (C) Caso não fizesse dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho não viveria como um artista crítico, para quem já houvesse arte encarnada no corpo e suspensão no espírito do outro.
- (D) Em seu processo criativo, Coutinho saberia ver e ouvir e, conseqüentemente, havia se acercado da história de cada um como um processo sensível e inacabado, sem que fosse necessário ajustar conceitos.
- (E) A obsessão que Coutinho demonstraria pela cena da vida era similar à que tivesse pela arte, e isso fez com que seja quase impossível, para Coutinho, opor personagem a pessoa.

6. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na seguinte frase:

- (A) A perspectiva ética aonde Coutinho manifesta todo o respeito pela pessoa que retrata é uma das características nas quais seus filmes se distinguem.
- (B) O paternalismo e o sentimentalismo, posições das quais muitos se agarram para tratar o outro, não são atitudes por onde Coutinho tenha mostrado qualquer inclinação.
- (C) As expressões coletivistas, com cujas Coutinho jamais se entusiasmou, são chavões em que se deixam impressionar as pessoas de julgamento mais apressado.
- (D) As pessoas por quem Coutinho se interessasse eram retratadas de modo a ter destacados os atributos pelos quais ele se deixara atrair.
- (E) Os paradigmas já mecanizados, nos quais muitos se deixam nortear, não mereciam de Coutinho nenhum crédito, pois só lhe importava a singularidade de cuja as pessoas são portadoras.

7. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:

- (A) A rejeição que demonstra Coutinho a preconceitos sociais (**distinguir**) sua obra da de outros documentaristas.
- (B) Grupos ou classes sociais, numa visão a distância, não (**merecer**) desse cinasta qualquer atenção especial.
- (C) Não (**dever**) satisfazer-se um bom documentarista com os paradigmas já cristalizados.
- (D) Aos tipos sociais já reconhecidos (**faltar**) a imprescindível singularização dos indivíduos.
- (E) Sertanejos nordestinos e peões de fábrica são designações que não (**derivar**) senão de uma mera tipologia.

Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao seguinte fragmento de um pensador ilustrado do século XVIII:

Do adultério

O adultério é um crime para todos os povos da terra; o adultério das mulheres, entenda-se, visto terem sido os homens que fizeram as leis. Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba, introduz nas famílias herdeiros estranhos. Acrescente-se a essas razões a crueldade do ciúme, e não será surpreendente que em tantas nações, mal saídas do estado selvagem, o espírito de propriedade tenha decretado a pena de morte para sedutores e seduzidas.

(VOLTAIRE, **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63-64)

8. Ao considerar o adultério como crime que penaliza sobretudo as mulheres, Voltaire estabelece uma íntima conexão entre

- (A) o preconceito masculino e a moralidade religiosa.
- (B) a ética própria do século XVIII e a capacidade feminina de sedução.
- (C) a origem autoral da legislação e o direito de propriedade.
- (D) a volubilidade masculina e o oportunismo feminino.
- (E) a administração política e os direitos da família.

9. *Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba.*

Dando nova redação à frase acima, ela se manterá coerente e formalmente correta em:

- (A) Ainda que se vejam como proprietários, os homens consideram que o adultério as rouba, tal e qual pode acontecer com um de seus bens.
- (B) Os homens entendem o adultério como um roubo, uma vez que consideram suas esposas um bem de que um terceiro se apropria.
- (C) Como as esposas são bens inalienáveis dos homens, qualifica-se como roubo aquele que as usurpam de seu legítimo proprietário.
- (D) Uma vez premeditado o adultério como um roubo, os homens passam a ver suas esposas como parte de seu patrimônio do qual foi usurpado.
- (E) Não obstante se considere que as esposas sejam parte de seus bens, os homens passam a ver como um roubo o adultério que os privam delas.

10. As leis? Ora, como são os homens que elaboram as leis, eles usam essas leis a seu favor, dão a essas leis um caráter coercitivo, tornam essas leis um instrumento de penalização das mulheres adúlteras.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) elaboram-nas – usam-lhes – dão-lhes – tornam-lhes
- (B) as elaboram – usam-nas – dão-nas – as tornam
- (C) elaboram-lhes – as usam – lhes dão – lhes tornam
- (D) elaboram-nas – lhes usam – dão a elas – tornam-lhes
- (E) as elaboram – usam-nas – dão-lhes – tornam-nas

**Direito Constitucional**

11. A Constituição Federal, embora preveja a emenda constitucional como instrumento de alteração de seu texto,
- (A) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional a lei complementar que preveja direitos e garantias individuais além daquelas já acolhidas no texto constitucional.
 - (B) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional a lei ordinária em matéria de garantias individuais, desde que seja aprovada em cada uma das Casas Legislativas por três quintos dos votos de seus membros.
 - (C) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional tratado internacional que verse sobre qualquer matéria, desde que aprovado mediante o mesmo procedimento previsto para a emenda constitucional.
 - (D) veda a aprovação de emenda constitucional nos seis meses que antecederem as eleições federais e estaduais, salvo se a proposta for subscrita por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (E) veda a aprovação de emenda constitucional que suprima a autonomia de Estados e Municípios em relação à União.
12. Considerando a necessidade de elevar arrecadação tributária e de reduzir as despesas da Administração pública, foi aprovada lei estadual que determinou, entre outras medidas, que
- I. a rede pública estadual de saúde somente fornecerá medicamentos para os indivíduos nascidos no próprio Estado.
 - II. a alíquota do imposto sobre propriedade de veículos automotores será 2% mais elevada para os contribuintes nascidos em outras regiões do território nacional.
 - III. seja extinto o benefício do décimo terceiro salário pago aos servidores públicos.
- É INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal a determinação legal constante em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) III, apenas.
13. Servidor público estadual ocupante de cargo de Procurador do Estado teve sua aposentadoria concedida em 2014, após completar os requisitos constitucionais. Atualmente, na inatividade, foi aprovado em concurso público para emprego de advogado em empresa pública estadual, tendo tomado posse. De acordo com a Constituição Federal, é
- (A) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, tendo o servidor o direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego, ao completar os requisitos constitucionais.
 - (B) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas o servidor não terá direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego.
 - (C) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, podendo o Tribunal de Contas do Estado considerar ilegal a acumulação.
 - (D) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas apenas o Poder Judiciário poderá considerar ilegal a acumulação, nos termos da Constituição Federal.
 - (E) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas a Administração pública não poderá declarar a ilegalidade da cumulação, sequer mediante prévio processo judicial, considerando o direito adquirido do servidor.
14. A autoridade federal competente para julgar processo administrativo de imposição de multa decidiu por aplicar a pena de multa ao administrado, impondo-lhe, ainda, o ônus de depositar o respectivo valor como condição de admissibilidade do recurso administrativo cabível.
- Sabendo que a exigência da autoridade administrativa contraria teor da súmula vinculante 21 (segundo a qual *é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo*), o administrado pretende propor reclamação constitucional para que não seja obrigado a depositar o valor da multa como condição de admissibilidade do recurso administrativo.
- De acordo com a Constituição Federal, a reclamação constitucional é, em tese,
- (A) incabível.
 - (B) cabível, devendo ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) cabível, devendo ser proposta perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) cabível, devendo ser proposta perante o Tribunal Regional Federal competente.
 - (E) cabível, devendo ser proposta perante a autoridade administrativa superior.



15. Considerando que a despesa com pessoal ativo e inativo vinculado ao Poder Executivo do Estado superou o limite estabelecido em lei complementar, o Governador determinou a redução em 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, as medidas tomadas pelo Estado foram insuficientes para que o limite da despesa com pessoal ativo e inativo fosse atingido no prazo previsto na Lei Complementar, o que motivou a União a suspender os repasses de verbas federais ao Estado. A determinação do Governador para a redução em 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança
- (A) é incompatível com a Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. Também incompatibiliza-se com a Constituição Federal a determinação da União.
- (B) é incompatível com a Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, é compatível com a Constituição Federal a determinação da União.
- (C) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, a determinação da União é inconstitucional.
- (D) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a determinação da União. No entanto, o ato do Governador que prescreveu a exoneração de servidores não estáveis é inconstitucional.
- (E) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. Também compatibiliza-se com a Constituição Federal a determinação da União.

Direito Administrativo

16. O princípio da eficiência constante da Constituição da República possui conteúdo variável, relacionado com a finalidade da atuação da Administração pública, de modo que
- (A) não se aplica aos entes da Administração pública indireta, tendo em vista a submissão a regime jurídico de direito privado, que está adstrito a persecução de lucro.
- (B) tem lugar sempre que a observância das disposições normativas expressas constitua em cronograma de atuação mais longo, pois permite excepcioná-las, na busca por melhores resultados econômicos.
- (C) sempre que a Administração pública tiver que optar entre duas soluções para a mesma problemática, decidirá por aquela que represente auferição de maior lucratividade.
- (D) somente se aplica às empresas estatais que não sejam prestadoras de serviço público, posto que a finalidade lucrativa, diretriz principal daquele princípio, é inerente à atuação das exploradoras de atividade econômica.
- (E) nem sempre significa o direcionamento da ação estatal a juízos puramente econômicos, recomendando a utilização mais satisfatória dos recursos públicos caso a caso.

17. A Constituição da República estabelece uma série de competências e atribuições para o Poder Público em favor da população. A execução material dessas atividades
- (A) deve se dar em regime de exclusividade pelos entes federados indicados na Constituição Federal, caso contrário, perdem a qualificação de serviços públicos.
- (B) depende de delegação à iniciativa privada, a fim de garantir o volume de investimentos necessários ao bom desempenho, sob a forma de permissão ou concessão.
- (C) pode se dar em regime de exclusividade ou não, admitindo-se a delegação à iniciativa privada nos termos da lei, que pode autorizar a outorga da titularidade por tempo determinado e mediante remuneração proporcional a tanto.
- (D) pode ser atribuída à iniciativa privada, sem prejuízo de eventual prestação direta, mas se estiverem sujeitos à livre iniciativa, prescindindo de delegação ou mesmo autorização, não se consubstanciam em serviço público.
- (E) pode ser feita somente pelos entes integrantes da Administração direta e indireta, tendo em vista que deve observar o regime jurídico de direito público.
18. A Administração pública lançou um edital para contratação de serviço de fornecimento de merenda escolar para a rede pública de ensino fundamental, com base na Lei nº 8.666/1993. Escolheu o critério de técnica e preço para o julgamento das propostas. Em sede de exame prévio de edital, o Tribunal de Contas competente apontou a ilegalidade do critério escolhido, diante do objeto da contratação, e determinou a suspensão do procedimento. Um empresário do setor interessado na contratação do fornecimento, não satisfeito, ingressou com ação popular, observando os requisitos de cabimento e legitimidade, pleiteando o cancelamento do certame e nova confecção de edital. O Poder Judiciário
- (A) tal qual o Tribunal de Contas, não pode interferir na licitação em curso, sob pena de ingressar no juízo discricionário da Administração pública, à qual compete a escolha do critério de julgamento das licitações que promover.
- (B) não pode analisar o edital, limitando-se apenas a manter a suspensão já determinada, tendo em vista que a matéria já está sendo objeto de exame na Corte de Contas, evitando, assim, decisões conflitantes.
- (C) pode anular a licitação, tendo em vista que o fundamento da decisão está adstrito à ilegalidade do critério estabelecido em desconformidade com a Lei nº 8.666/1993, não obstante já tenha havido impugnação no Tribunal de Contas.
- (D) exerce controle externo sobre os atos praticados pela Administração pública, de modo que lhe é permitido apreciar os aspectos legais das licitações promovidas pelo Poder Público, bem como a respeito da economicidade e vantajosidade, independentemente de interferirem na legalidade.
- (E) pode suspender o certame, uma vez que o Tribunal de Contas já apreciou e lançou apontamentos ao edital, vedada, no entanto, a anulação do certame, devendo se aguardar eventual celebração do contrato para análise do cabimento de sua anulação, pois somente esse ato pode ensejar prejuízo à Administração.



19. Josué é funcionário público, ocupando cargo efetivo no quadro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em razão de sua formação superior na área de ciências contábeis, foi convidado a ocupar a função de diretor financeiro da empresa estatal que atua na exploração de rodovias estaduais. Josué, não obstante tenha se interessado pelo convite, ficou com receio de que seu afastamento desfavorecesse os direitos e vantagens a que faz jus como titular de cargo efetivo. A propósito desse aspecto, a Lei nº 9.826/1974 estabelece que

- (A) os direitos e vantagens conferidos aos ocupantes de cargos públicos efetivos não se transferem aos ocupantes de empregos públicos, posto que estes prescindem de concurso público para serem preenchidos.
- (B) o afastamento de funcionário público ocupante de cargo efetivo não impacta no recebimento de nenhum direito ou vantagem, em razão da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos.
- (C) em se tratando de ocupar outro cargo estadual de provimento em comissão, o tempo de serviço será computável para todos os fins em favor do servidor Josué.
- (D) é vedado o afastamento de servidor público ocupante de cargo efetivo para ocupar outro cargo na Administração pública, tendo em vista que equivaleria a colocar o cargo original em disponibilidade.
- (E) apenas o afastamento que dependa de autorização legislativa pode ser computado como tempo de efetivo serviço.

20. Durante a realização de um Festival de Rodeio e Gastronômico, foi feita uma denúncia anônima indicando suposta armazenagem de alimentos *in natura* no mesmo ambiente em que estavam instalados alguns animais que participariam das apresentações culturais do evento. A Administração pública competente destacou delegação para apuração das denúncias. No local, os agentes públicos constataram que, além da armazenagem inadequada dos alimentos, os animais estavam sofrendo maus-tratos. Diante desse quadro, os agentes públicos, considerando a competência legal que desempenham,

- (A) devem interditar o local onde foram constatadas as ilegalidades e lavrar auto de infração, a fim de impedir que sejam causados danos à saúde dos frequentadores do evento, diferindo a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (B) devem instaurar processo administrativo emergencial para punição dos responsáveis, sendo possível requerer ao superior a emissão de auto de lacração do evento.
- (C) podem lavrar boletim de ocorrência e propor ao Ministério Público o ajuizamento de ação civil para responsabilização civil dos organizadores do evento.
- (D) devem ajuizar ação judicial, pleiteando tutela de urgência para interdição do estabelecimento onde foram constatadas as ilegalidades.
- (E) precisam de autorização judicial para ingressar no evento, a fim de levar a efeito a fiscalização determinada pelas autoridades.

Controle Externo

21. A Constituição do Estado do Ceará estabelece que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE, sob pena de

- (A) multa.
- (B) exoneração.
- (C) demissão a bem do serviço público.
- (D) responsabilidade solidária.
- (E) responsabilidade subsidiária.

22. No exercício do controle externo, uma das medidas que pode ser adotada é a sustação de contratos. Nos termos da Constituição Federal, esse ato de sustação será adotado diretamente pelo

- (A) Tribunal de Contas.
- (B) Congresso Nacional.
- (C) Plenário do Tribunal de Contas.
- (D) Presidente da República.
- (E) Ministério Público.

23. Os Ministros do Tribunal de Contas da União e os Conselheiros do TCE-CE terão, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens do

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Juiz de Direito da mais elevada entrância.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Desembargador do Tribunal de Justiça.
- (D) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Juiz de Direito da mais elevada entrância.
- (E) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Desembargador do Tribunal de Justiça.

24. Sobre a competência do TCE-CE, prevista na sua Lei Orgânica, é correto afirmar que

- (A) a fiscalização contábil do Ministério Público Estadual, por ser órgão autônomo, somente poderá ocorrer por solicitação da Assembleia Legislativa.
- (B) abrange fazer a análise trimestral dos balancetes de arrecadação a cargo do Estado do Ceará.
- (C) cabe apreciar, para fins de registro, a concessão de melhorias posteriores que não alterem a fundamentação legal do ato concessório de aposentadoria.
- (D) pode representar o poder competente sobre irregularidades ou abusos, exceto quanto aos Secretários de Estado.
- (E) deve apreciar, mensalmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado.



25. Durante a execução dos seus trabalhos, numa das Câmaras do TCE-CE houve fundada arguição de inconstitucionalidade não decidida pelo Plenário. Nesse caso, a Câmara poderá
- (A) remeter os autos ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) remeter os autos ao julgamento pelo Plenário.
 - (C) julgar o processo no estado em que se encontra.
 - (D) sobrestar o julgamento até que ela mesma verifique a plausibilidade do argumento.
 - (E) trancar a pauta até que o Plenário se manifeste sobre o caso.

Economia do Setor Público

26. As externalidades resultam das ações de indivíduos e firmas que consideram apenas seus benefícios e custos privados, não observando os benefícios e custos sociais. Nesse sentido, é correto afirmar:
- (A) A Lei de Desarmamento sancionada pelo Governo Federal na década passada utilizou um subsídio para incentivar os cidadãos a reforçar uma externalidade positiva: a redução das armas de fogo em posse de civis, visando à diminuição dos acidentes domiciliares.
 - (B) A Guerra Fiscal entre os governos estaduais não pode ser considerada uma externalidade, pois a decisão de um estado de reduzir o ICMS para atrair novas empresas não afeta a base de arrecadação das outras unidades da federação.
 - (C) Os problemas associados à emissão de poluentes na atmosfera podem ser corrigidos por meio do livre jogo das forças de mercado.
 - (D) Os congestionamentos nas grandes cidades brasileiras resultam da interação entre oferta e demanda no mercado de automóveis, não podendo ser entendida como uma externalidade, dado que é um direito de todo cidadão utilizar seu automóvel.
 - (E) A forma de correção de uma externalidade é sempre a regulamentação governamental dos mercados em que se dá a existência daquelas, pois soluções via mercado são incapazes de contornar tal problema.
27. A carga tributária é definida como a parcela da renda interna destinada aos cofres do setor público. Sobre ela, no caso brasileiro, tem-se que
- (A) a arrecadação de impostos indiretos constitui uma das principais fontes de recursos para todos os entes federativos.
 - (B) a cobrança do ICMS é motivo de harmonização tributária entre os estados da federação e suas subunidades municipais, os quais dividem a prerrogativa da arrecadação desse imposto.
 - (C) a contribuição sobre intervenção no domínio econômico é um imposto estadual, destinado à construção de ferrovias estaduais e de portos secos com vistas à melhor utilização do território nacional.
 - (D) o imposto de renda é um tributo federal que incide apenas indiretamente sobre a renda dos contribuintes, pois sua alíquota varia de acordo com as faixas de renda dos cidadãos.
 - (E) a carga tributária líquida é sempre maior do que a carga tributária bruta, pois esta última definição desconsidera as transferências que o governo deve efetuar por lei para os contribuintes.

28. Dentre as funções econômicas do governo, a função
- (A) econômica moderadora do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais que substituem o setor privado quando o poder econômico deste último tende a violar os princípios de justiça social, no sentido de Pareto.
 - (B) distributiva do Estado, faz uso da política monetária para efetuar transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de conhecimento técnico e educacional, por serem estes os principais fatores condicionantes do sucesso econômico via mercado.
 - (C) estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso qualitativo dos recursos nacionais, direcionando o setor privado na produção de externalidades positivas e na mitigação daquelas de natureza danosa à eficiência econômica.
 - (D) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.
 - (E) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.
29. As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP NÃO
- (A) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
 - (B) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
 - (C) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
 - (D) representam o estoque total da dívida pública de um país.
 - (E) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.
30. Sobre o modelo brasileiro de federalismo fiscal, é correto afirmar:
- (A) Os municípios são responsáveis pela arrecadação de impostos sobre patrimônio de baixa mobilidade, como o Imposto Territorial Rural – ITR e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, cabendo aos estados o recolhimento do Imposto sobre Veículos Automotores – IPVA, outra forma de tributação de patrimônio.
 - (B) A heterogeneidade dentro da federação quanto à renda, às condições de vida, ao grau de urbanização, ao tamanho dos estados e municípios não afeta os níveis de capacidade administrativa e fiscal das unidades estaduais e locais, pois as demandas por serviços se ajustam às características locais.
 - (C) A tributação do consumo é compartilhada apenas entre o governo federal, que recolhe o Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e os estados, que coletam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
 - (D) O Fundo de Participação dos Estados é um instrumento apenas marginalmente redistributivo, haja vista que apenas 15% dos recursos são destinados aos estados da federação, partilhados em direta proporção à renda *per capita* de cada unidade federativa.
 - (E) A Constituição promulgada em 1988 refletiu o conflito federativo no país ao determinar a repartição das principais fontes da arrecadação federal (IPI e IR) com estado e municípios, além de estabelecer que qualquer novo imposto criado pela União deve ser partilhado com os outros níveis de governo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Administração Financeira e Orçamentária**

31. Considere que, hipoteticamente, o projeto da Lei Orçamentária Anual do Estado do Ceará teve de ser alterado porque não previa as operações de crédito autorizadas em lei. Da forma como foi originalmente apresentado havia afronta ao princípio orçamentário
- (A) da universalidade.
(B) da anualidade.
(C) da não vinculação.
(D) do orçamento bruto.
(E) da discriminação.
32. A proposta da Lei Orçamentária Anual deve ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Legislativo acompanhada de exposição circunstanciada da situação econômico-financeira. Essa exposição é denominada
- (A) razão orçamentária.
(B) tabela explicativa.
(C) mensagem.
(D) exposição orçamentária.
(E) fundamentação orçamentária.
33. Os créditos da Fazenda Pública Estadual provenientes de obrigação legal relativa ao IPVA, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, devem ser inscritos, na forma da legislação própria, como
- (A) dívida ativa não tributária.
(B) dívida ativa tributária.
(C) crédito tributário ativo.
(D) crédito tributário vencido.
(E) dívida tributária vencida.
34. As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são denominadas créditos adicionais e terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que foram abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos
- (A) extraordinários e suplementares.
(B) extraordinários e especiais.
(C) suplementares, extraordinários e especiais.
(D) suplementares e especiais.
(E) suplementares.
35. Durante o exercício de 2014 o Governo do Estado do Ceará teve despesas com a manutenção de serviços anteriormente criados, a exemplo da adaptação de bens imóveis. Essas despesas devem ser classificadas como
- (A) de capital.
(B) imobiliárias.
(C) subvenções econômicas.
(D) transferências correntes.
(E) de custeio.
36. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE realizou evento de orientação aos entes por ele fiscalizados. Naquela oportunidade, o representante de uma sociedade, cuja maioria do capital social com direito a voto pertence indiretamente ao Estado do Ceará, questionou se essa sociedade, que recebeu recursos financeiros do Governo do Ceará para pagamento de despesas com pessoal, estava sujeita ou não aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A resposta do TCE-CE foi afirmativa, tendo em vista que essa sociedade se enquadra no conceito de empresa
- (A) paraestatal de capital controlado.
(B) paraestatal dependente.
(C) estatal dependente.
(D) paraestatal controlada.
(E) estatal de capital controlado.
37. O instrumento de planejamento que deve dispor sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, além das condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas é
- (A) o Plano Plurianual.
(B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(C) a Lei Orçamentária Anual.
(D) o Plano Nacional Orçamentário.
(E) o Anexo de Riscos Fiscais.
38. Suponha que, em 2014, o Prefeito de um município do Ceará procurou o Governo do Estado e solicitou o repasse de transferências voluntárias, cujo pleito foi atendido. Em 2015, o TCE-CE fiscalizou as contas dos Poderes desse beneficiário e verificou que a despesa total com pessoal do município, com base na receita corrente líquida, encontrava-se em 65%. Nos termos da LRF, essa transferência voluntária deverá ser cessada, salvo se relacionada a ações do setor de
- (A) transportes.
(B) segurança pública.
(C) defesa civil.
(D) assistência social.
(E) obras públicas.
39. A respeito do suprimimento de fundos, considere:
- I. aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei.
II. consiste na entrega de numerário a servidor.
III. o empenho pode ser prévio, se sabido o valor da despesa, ou *a posteriori*.
IV. destinado apenas às despesas que se subordinam ao processo normal de aplicação.
- São requisitos para a concessão do suprimimento de fundos o que consta APENAS em
- (A) I, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II e IV.
(D) III e IV.
(E) I e II.
40. Nos termos da LRF, o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado do Ceará assumidas em virtude de contratos é denominada
- (A) dívida pública consolidada.
(B) dívida pública mobiliária.
(C) operação de crédito.
(D) refinanciamento da dívida pública.
(E) obrigações públicas consolidadas.

**Biblioteconomia**

41. Segundo a NBR6023,

- (A) é vedada a supressão de palavras nos títulos dos documentos.
- (B) em caso de autoria desconhecida, deve-se usar o termo “anônimo” no lugar do nome do autor.
- (C) as mensagens que circulam por intermédio do correio eletrônico devem ser referenciadas somente quando não se dispuser de nenhuma outra fonte para abordar o assunto em discussão.
- (D) emendas e acréscimos à edição devem ser indicados por extenso, em negrito.
- (E) todas as editoras envolvidas na publicação da obra devem ser indicadas na referência.

42. Considere as referências bibliográficas abaixo.

- I. RIBEIRO, P. S. G. Adoção à brasileira: uma análise sociojurídica. **Dataveni@**, São Paulo, ano 3, n. 18, ago. 1998. Disponível em: <<http://www.datavenia.inf.br/frame.artig.html>>. Acesso em: 10 set. 1998.
- II. NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.
- III. EMBRAPA. Unidade de Apoio, Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária (São Carlos, SP). Paulo Estevão Cruvinel. **Medidor digital multissensor de temperatura para solos**. BR n. PI 8903105-9, 26 jun. 1989, 30 maio 1995.
- IV. KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. 5 CD-ROM. São Paulo: Delta: Estadão, 1998.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.

43. Segundo a NBR 6023, a referência correta para o artigo intitulado “Towards a student-centred approach to information literacy learning: a focus group study on the information behaviour of translation and interpreting students”, de autoria de Domingos Sales, às páginas 45 a 59 do primeiro número do segundo volume do periódico intitulado “Journal of Information Literacy”, publicado em agosto de 2008 na cidade de Birmingham, é:

- (A) SALES, D. Towards a student-centred approach to information literacy learning: a focus group study on the information behaviour of translation and interpreting students. **Journal of Information Literacy**, Birmingham, v. 2, n. 1, p. 45-59, Aug. 2008.
- (B) SALES, D. Towards a student-centred approach to information literacy learning: a focus group study on the information behaviour of translation and interpreting students. **Journal of Information Literacy**, Birmingham, 2(1): 45-59: Aug. 2008.
- (C) SALES, D. Towards a student-centred approach to information literacy learning: a focus group study on the information behaviour of translation and interpreting students. **Journal of Information Literacy**, Birmingham, n. 1, v. 2, p. 45-59, Aug. 2008.
- (D) SALES, D. **Towards a student-centred approach to information literacy learning**: a focus group study on the information behaviour of translation and interpreting students. **Journal of Information Literacy**, Birmingham, v. 2, n. 1, p. 45-59, Aug. 2008.
- (E) SALES, D. Towards a student-centred approach to information literacy learning: a focus group study on the information behaviour of translation and interpreting students. **Journal of Information Literacy**. Birmingham: v. 2, n. 1, p. 45-59, Aug. 2008.

44. Considere os dois agrupamentos abaixo:

- I. Segundo Moraes (1955, p. 32) assinala “[...] há a presença de concreções de bauxita no Rio Cricon.”
 - II. Ela polariza e encaminha, sob a forma de “demanda coletiva”, as necessidades de todos (FONSECA, 1997; PAIVA, 1997; SILVA, 1997).
 - III. A proposta de mudanças na nomenclatura especializada precisa passar por comissões de avaliação ligadas a instituições credenciadas na área (CRUZ; CORREA; COSTA, 1998, 1999, 2000).
- a. Citação indireta de diversos documentos de vários autores, mencionados simultaneamente.
 - b. Supressão.
 - c. Citação indireta de diversos documentos da mesma autoria, publicados em anos diferentes e mencionados simultaneamente.

A correlação correta entre os dois grupos é

- (A) I-b, II-c, III-a.
- (B) I-a, II-c, III-b.
- (C) I-c, II-a, III-b.
- (D) I-b, II-a, III-c.
- (E) I-a, II-b, III-c.



45. Considere o texto abaixo. Leedy (1988 apud RICHARDSON, 1991, p. 417) compartilha deste ponto de vista ao afirmar “os estudantes estão enganados quando acreditam que eles estão fazendo pesquisa, quando de fato eles estão apenas transferindo informação factual”. Observa-se que nele ocorre um caso de (A) incorreção ou incoerência. (B) citação indireta. (C) paráfrase. (D) interpolação. (E) citação de citação.	49. Os dois agrupamentos abaixo referem-se, respectivamente, a princípios administrativos e atividades a eles diretamente relacionadas. I. Iniciativa. II. Unidade de Direção. III. Disciplina. IV. Ordem. a. Os funcionários se submetem às regras de funcionamento da organização. b. Pessoas e materiais são colocados em lugares adequados e no tempo certo. c. A chefia encoraja os funcionários a desenvolver e implementar planos de melhoria. d. A cúpula da organização elabora o planejamento anual. A correlação correta entre os dois grupos é (A) I - c, II - d, III - a, IV - b. (B) I - a, II - b, III - c, IV - d. (C) I - b, II - c, III - d, IV - a. (D) I - d, II - a, III - b, IV - c. (E) I - d, II - c, III - b, IV - a.
46. Segundo a NBR 6029, a goteira, concavidade formada pelo corte das folhas à frente dos livros ou folhetos que tenham o dorso arredondado, em oposição, portanto, à lombada, também é chamada de (A) trincha. (B) canelura. (C) mancha. (D) marcador. (E) indicador.	50. Dentre as responsabilidades de um gerente de biblioteca está a de determinar às pessoas as tarefas que elas têm que executar e fazer com que elas realizem o que lhes foi determinado de acordo com os desejos e necessidades da instituição. Trata-se aqui do desempenho preponderante da função de (A) organização. (B) planejamento. (C) coordenação (D) controle. (E) comando.
47. Segundo a NBR 6029, NÃO deve conter material de propaganda impresso (A) o anverso da folha de rosto. (B) a contracapa. (C) a segunda capa. (D) a sobrecapa. (E) a primeira capa.	51. Considere as afirmativas I e II a seguir, versando sobre avaliação de serviços em unidades de informação. I. A principal função da avaliação é produzir conhecimentos relativos à unidade de informação, à organização em que esta se situa e a seu ambiente. II. A escassez de recursos é frequentemente apontada como uma das principais razões para a avaliação contínua de serviços, programas e projetos. A afirmativa (A) I e a II estão incompletas, essas afirmativas minimizam o papel da iniciativa gerencial na administração de unidades de informação. (B) I e a II estão incorretas. (C) I está incorreta, a principal função da avaliação é certificar que os recursos alocados tiveram o uso pretendido. (D) II está incorreta, a necessidade de planejamento a longo prazo, e não a escassez de recursos, é frequentemente apontada para a avaliação contínua de serviços, programas e projetos. (E) I e a II estão corretas.
48. Para a abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas e para a preparação de guias de bibliotecas, centros de informação e de documentação são utilizadas, respectivamente, as normas da ABNT – NBR (A) 6024 e 12225. (B) 6033 e 10519. (C) 6025 e 10525. (D) 6032 e 10518. (E) 9578 e 14724.	



52. "Relacionam-se a um 'fenômeno' que se confere um valor, e são o resultado de uma elaboração obtida entrelaçando dois ou mais dados relacionados com a própria biblioteca ou com a biblioteca e seus usuários".

A definição acima refere-se

- (A) aos padrões.
- (B) às metas.
- (C) aos índices de relevância.
- (D) aos indicadores.
- (E) às medidas de desempenho.

53. A razão primordial de as organizações que não visam lucro se interessarem pelo *marketing* se justifica porque a aplicação das técnicas mercadológicas proporciona dois benefícios básicos. São eles:

- (A) satisfação aprimorada do objetivo do mercado-alvo e eficiência na formação científica e no trato das atividades que envolvem o desenvolvimento do produto, a determinação do seu preço e o modo de sua comunicação e distribuição.
- (B) melhoria das relações com os clientes e definição mais aprimorada de técnicas de divulgação, familiarização do produto pelo mercado-alvo e venda direta.
- (C) aprimoramento das capacidades de comunicação da equipe de trabalho e viabilização de estratégias bem sucedidas de relacionamento com os clientes aplicadas na área comercial.
- (D) aplicação de novas tecnologias nos serviços diretos ao cliente e exploração das técnicas de *marketing* direto, consideradas sob o ponto de vista de ampliação da interação com o público-alvo.
- (E) melhor definição das estratégias de relacionamento com o cliente/usuário e ampliação dos canais de comunicação com o público-alvo.

54. São vantagens do planejamento:

- I. reduz riscos, ao mesmo tempo em que tira proveito das oportunidades.
- II. faz acontecer.
- III. compensa incertezas e mudanças.
- IV. garante os resultados esperados.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

55. Relacionam-se aos procedimentos, pois orientam a ação, mas não especificam a sequência cronológica. Trata-se

- (A) dos programas.
- (B) das políticas.
- (C) das diretrizes.
- (D) das regras.
- (E) dos planos.

56. Considere as afirmativas I e II, abaixo, relacionadas a projetos.

- I. Um projeto nunca é igual a outro. Por outro lado, as operações rotineiras têm um ciclo de vida contínuo naquilo que os projetos estão limitados a um tempo, têm um início e um final, um ciclo de vida circunscrito e, ao menos em seus propósitos, pre-determinado.
- II. Os projetos representam tentativas e seu bom resultado depende do empenho de seu coordenador e do apoio da alta administração.

A afirmativa

- (A) I e a II estão corretas.
- (B) II está incorreta; o projeto é muito mais que uma tentativa e seu bom resultado depende do empenho conjunto de várias pessoas.
- (C) I e a II estão incorretas.
- (D) I está incorreta; existem projetos-padrão que podem ser aplicados em diferentes lugares e situações, preservando-se suas características específicas.
- (E) I e a II estão incompletas, pois minimizam a importância e o papel da equipe envolvida no projeto, que deve ter características multifuncionais.

57. O desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas é grandemente influenciado

- (A) por ter o cerne de sua prática apenas nos aspectos didático e pedagógico da coleção.
- (B) pela crescente necessidade de melhor especificação de normas para uma seleção mais eficiente dos materiais, visando compatibilizá-los com os objetivos da instituição maior.
- (C) pela necessidade de ter um volume de materiais suficientemente significativo, em termos de quantidade e qualidade, para dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços ou extensão à comunidade.
- (D) por ter estreito vínculo com os direcionamentos do sistema educacional vigente.
- (E) por sua clientela dinâmica e diversificada.



58. Na aquisição de materiais de informação, uma atividade importante refere-se à obtenção de preços para os itens, por parte de firmas comerciais.

Trata-se da

- (A) aquisição planejada.
- (B) previsão de recursos.
- (C) cotação de preços.
- (D) obtenção de recursos orçamentários.
- (E) prestação de contas.

59. A legislação brasileira de direitos autorais, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, estabelece que

- (A) quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público não goza de direitos autorais.
- (B) o criador da obra literária, artística ou científica deve registrar sua produção nos órgãos legalmente determinados.
- (C) pseudônimos ou quaisquer outros sinais convencionais precisam respeitar as determinações do Escritório Nacional de Direito Autoral.
- (D) é considerado como coautor qualquer pessoa que tenha auxiliado o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio.
- (E) cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.

60. Considere os dois agrupamentos abaixo que são contemplados no Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia.

- I. Observar os ditames da ciência e da técnica, servindo ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em geral.
- II. Expedir, subscrever ou conceder certificados, diplomas ou atestados de capacitação profissional a pessoas que não preencham os requisitos indispensáveis ao exercício da profissão.
- III. Apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições em que trabalha, quando as julgar indignas do exercício profissional.
- IV. Respeitar as ideias de seus colegas, os trabalhos e as soluções, jamais usando-os como de sua própria autoria.
 - a. Dever.
 - b. Proibição.
 - c. Direito.
 - d. Norma de conduta.

A correlação correta entre os dois agrupamentos é

- (A) I-b, II-a, III-d, IV-c.
- (B) I-a, II-b, III-c, IV-d.
- (C) I-d, II-c, III-a, IV-b.
- (D) I-c, II-d, III-b, IV-a.
- (E) I-b, II-d, III-c, IV-a.

61. Em um computador, a memória principal, também chamada memória de acesso imediato ou de acesso direto, é um dos três componentes que formam a

- I. unidade de controle.
- II. unidade processadora.
- III. unidade aritmética e lógica.

Verifica-se que

- (A) o item II está correto, a unidade processadora armazena programas e executa operações.
- (B) o item I está correto, a unidade de controle coordena o fluxo dos dados no computador.
- (C) o item III está correto, a unidade aritmética e lógica é responsável pela sequência das funções.
- (D) os itens I, II e III estão corretos, a memória principal é modular, integrando as três unidades.
- (E) os itens I, II e III estão incorretos, a memória principal está localizada na placa-mãe de um computador.

62. Para identificar um item em uma base de dados bibliográficos armazenada em um computador, um Bibliotecário deverá empregar o dispositivo de saída denominado

- (A) motor de busca.
- (B) teclado.
- (C) impressora.
- (D) monitor.
- (E) formulário de pesquisa.

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 63 e 64.

Atarefado demais para examinar uma série de artigos sobre jurisprudência, um Advogado pediu a um Bibliotecário que lhe preparasse breves sínteses contendo apenas os pontos principais de cada documento, de maneira que lhe permitisse selecionar os que mais lhe interessavam.

63. Para atender à solicitação, o Bibliotecário preparou

- (A) resumos informativos.
- (B) resumos indicativos.
- (C) resenhas técnicas.
- (D) resenhas críticas.
- (E) fichas analíticas.



64. Ao preparar as sínteses solicitadas, o Bibliotecário, corretamente, cuidou para seguir as normas da área,
- (A) citando no texto o respectivo título de cada documento.
 - (B) enumerando os tópicos mais importantes de cada documento.
 - (C) empregando o verbo na voz passiva e na terceira pessoa do singular.
 - (D) antepondo a cada síntese a referência do original.
 - (E) dispensando a indicação da categoria do documento.

65. Um Bibliotecário é encarregado de elaborar o sumário de uma publicação e, para tanto, seguindo a NBR 6027, ele
- (A) arrola os assuntos de que trata a publicação, informando as respectivas páginas em que se encontram.
 - (B) lista palavras ou frases que, ordenadas segundo certo critério, localizam e remetem para as informações contidas no texto.
 - (C) relaciona elementos do texto, como datas, ilustrações, exemplos etc., na ordem de sua ocorrência.
 - (D) numera progressivamente as diferentes partes do documento, indicando a posição de títulos e subtítulos.
 - (E) enumera as divisões e seções do documento, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede.

66. Em relação aos vocabulários controlados e tesouros, considere:
- I. O antônimo de vocabulário controlado é linguagem natural. Esta última significa que o assunto pode ser descrito por meio de quaisquer palavras ou frases tais como ocorrem nos próprios documentos, sem limitações.
 - II. A relação TG/TE apresenta reciprocidade simétrica. Se ao termo A corresponde como TE o termo X, então ao termo X deve corresponder como TG o termo A.
 - III. Os cabeçalhos de assuntos são descritores menos complexos do que os descritores de um tesouro, no sentido de que eles tendem a ser mais pós-coordenados.
 - IV. Na construção de um tesouro usando a abordagem empírica ou indutiva, as categorias principais de termos são identificadas e subdivididas de cima para baixo, do termo mais geral para o mais específico.
 - V. O princípio da garantia literária afirma que um termo se justifica apenas se ocorre dentro da literatura de um determinado assunto com algum grau de frequência.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) I, III e V.
- (C) I, II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e IV.

67. Ao organizar um tesauro, um Bibliotecário estabeleceu as seguintes relações entre os termos:

Europa
França
Paris
Inglaterra
Londres

No caso, o Bibliotecário procedeu de maneira

- (A) incorreta, já que área e lugar são categorias de termos que podem apresentar relações ontológicas, porém, não hierárquicas.
- (B) correta, pois nomes de localidades apresentam relações baseadas em similaridade, portanto, estabelecem uma dependência entre conceitos.
- (C) correta, uma vez que áreas geográficas apresentam relações partitivas, embora sejam frequentemente tratadas como genéricas.
- (D) incorreta, porquanto localidades geográficas apresentam relações associativas, logo, indicadas pela sigla TA.
- (E) incorreta, porque nomes geográficos apresentam relações coordenadas, devendo assim, ser configuradas sem indentação.

68. Entre os dispositivos da linguagem de indexação, os de precisão

- I. ampliam o número de termos usados na indexação.
- II. aumentam a quantidade de documentos que podem ser recuperados.
- III. incluem o controle de sinônimos.

Verifica-se que

- (A) o item I está correto, esses dispositivos incluem ponderação, elos entre termos e indicadores de função.
- (B) o item II está correto, esses dispositivos evitam certas recuperações indesejáveis.
- (C) o item III está correto, esses dispositivos estabelecem relações de equivalência entre termos preferidos e não preferidos.
- (D) os itens I, II e III estão corretos, esses dispositivos contribuem para melhorar a qualidade da indexação.
- (E) os itens I, II e III estão incorretos, esses dispositivos reduzem o tamanho do vocabulário, diminuem a quantidade de itens recuperados e o controle de sinônimos é um dispositivo de revocação.

69. Para classificar uma obra usando a Classificação Decimal de Dewey, um Bibliotecário deve aplicar o princípio norteador do sistema, o qual estabelece que uma obra deve ser classificada

- (A) no assunto que exercer influência sobre outro, de maneira que obras com mais de um assunto sejam interrelacionadas.
- (B) na disciplina da qual deriva, de maneira que obras produzidas em uma mesma área apareçam agrupadas.
- (C) no assunto que aparecer primeiro nas tabelas, de maneira que obras de um mesmo assunto permaneçam juntas.
- (D) na disciplina a que se destina, de maneira que obras utilizadas em conjunto sejam encontradas juntas.
- (E) no aspecto mais genérico do assunto, de maneira que obras que tratam de um mesmo assunto apareçam na mesma hierarquia.



70. Em relação à Classificação Decimal de Dewey, considere: I. Nas tabelas, quando os termos B e C estão subordinados ao mesmo termo A, diz-se que B e C são coordenados entre si. II. Em geral, obras de ficção são classificadas por assunto, e não por sua forma literária. III. Os algarismos “-03” ao final de um número de classificação, em geral, indicam se tratar de um dicionário ou enciclopédia de um determinado assunto. IV. As notações das subdivisões padrão nunca são usadas sozinhas, mas podem ser usadas com qualquer número das tabelas. V. Uma subdivisão padrão também pode ser adicionada a qualquer outra subdivisão padrão. Está correto o que se afirma APENAS em (A) I, II e V. (B) I, III e IV. (C) I, III e V. (D) II, III e IV. (E) II, IV e V.	72. Ao classificar uma obra sobre “propriedade industrial e propriedade artística”, usando a Classificação Decimal Universal, um Bibliotecário chegou corretamente ao seguinte número: (A) 347.77 / .78. (B) 347.77 + 347.78. (C) 347.77 : 78. (D) [347.77 + 347.78]. (E) 347.77 :: 347.78. 73. Uma Bibliotecária recebeu a incumbência de catalogar os seguintes documentos: I. Anais da Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. II. Relatório de Gestão da Associação Cearense de Magistrados. III. Catálogo da 1ª Exposição de Togas do Museu do Tribunal de Justiça. Empregando o AACR2, ela escolheu corretamente como ponto de acesso principal o (A) cabeçalho estabelecido para a jurisdição correspondente. (B) título principal ou o título uniforme, quando couber. (C) cabeçalho estabelecido para as respectivas entidades. (D) título coletivo ou equivalente, entre colchetes. (E) organizador ou compilador da obra ou o responsável pela instituição.
71. Em relação à Classificação Decimal Universal, considere os dois agrupamentos abaixo: I. 347.96-055.2 – Advogadas II. (520+81) – Japão e Brasil III. (=214.58) – Ciganos a. Trata-se de um sinal usado para ligar dois ou mais números separados para indicar um assunto composto para o qual não existe um número simples. b. Trata-se de auxiliar passível de ser citado no final, no meio ou no início de um número composto. c. Trata-se de auxiliar aplicável às tabelas principais quando o aspecto pessoal é secundário em relação ao assunto. A correta correlação entre os agrupamentos é (A) I-c; II-b; III-a. (B) I-a; II-b; III-c. (C) I-b; II-c; III-a. (D) I-a; II-c; III-b. (E) I-c; II-a; III-b.	74. Em relação às regras da área do título e da indicação de responsabilidade do AACR2, considere: I. Deve-se transcrever o título principal exatamente no que respeita à redação, ordem, grafia e pontuação e quanto ao uso de maiúsculas. II. Palavras que servem como uma introdução ao título, mesmo quando não se destinam a fazer parte do título, devem ser transcritas. III. A designação geral do material é de acréscimo opcional. Texto, Recurso Eletrônico e Gravação de Som são exemplos de DGM. IV. A DGM apropriada ao item sendo catalogado deve ser registrada logo após o título principal. V. Deve-se transcrever as indicações de responsabilidade que figurem com destaque no item na forma em que nele aparecem. Se uma indicação de responsabilidade for extraída de uma fonte que não seja a fonte principal de informação, coloque-a entre colchetes. Está correto o que se afirma APENAS em (A) II, III e IV. (B) I, II e IV. (C) I, III e V. (D) I, II e V. (E) III, IV e V.



75. A RDA (Recursos: Descrição e Acesso)

- I. constitui uma nova norma de catalogação.
- II. serve para a representação descritiva em formato eletrônico.
- III. é um modelo conceitual que códigos de catalogação devem seguir.

Verifica-se que

- (A) os itens I, II e III estão corretos, a RDA é o novo paradigma da catalogação.
- (B) os itens I e II estão corretos, a RDA vem para substituir o AACR2.
- (C) o item I está incorreto, a proposta da RDA será aplicada ao AACR3.
- (D) o item II está incorreto, a RDA pode ser aplicada também a recursos tradicionais.
- (E) o item III está incorreto, a RDA é um conceito sobre a organização dos registros bibliográficos.

76. De acordo com os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, o primeiro agrupamento abaixo relaciona entidades, enquanto o segundo elenca alguns atributos dessas entidades:

ENTIDADES

- I. Obra
- II. Expressão
- III. Manifestação
- IV. Item

ATRIBUTOS

- a. Dados de aquisição, condição, notas de acesso.
- b. Título, forma, data.
- c. Título, forma, data, idioma.
- d. Título, responsabilidade, edição, editora, data de publicação.

A correta correlação entre os agrupamentos é

- (A) I-b; II-c; III-d; IV-a.
- (B) I-a; II-b; III-c; IV-d.
- (C) I-c; II-a; III-d; IV-b.
- (D) I-d; II-c; III-b; IV-a.
- (E) I-b; II-d; III-a; IV-c.

77. Usando *e-mail*, um usuário faz ao Bibliotecário a seguinte pergunta: "de onde vem e o que significa a expressão *cui bono*?"

É correto afirmar que estes são exemplos de serviço de referência

- (A) tradicional e de busca de resposta imediata.
- (B) virtual síncrono e de pesquisa de localização de material.
- (C) tradicional e de pergunta de caráter administrativo.
- (D) virtual assíncrono e de consulta de localização de fatos.
- (E) digital em tempo real e de questão de caráter referencial.

78. Ao estabelecer a estratégia de busca durante o processo de responder a uma questão de referência, o Bibliotecário

- (A) consulta as fontes e recursos informacionais disponíveis, seja local ou remotamente.
- (B) escolhe as fontes de informação adequadas e define os termos apropriados na linguagem do acervo.
- (C) transforma a linguagem natural do usuário na linguagem documental utilizada pelo sistema da biblioteca.
- (D) fornece uma relação de fontes ou referências bibliográficas a ser consultada pelo usuário.
- (E) identifica o tipo de questão recebida e indica ao usuário as fontes de informação mais adequadas.

79. De acordo com L. Souto, os elementos que compõem um serviço de disseminação seletiva da informação incluem

- I. perfis dos usuários.
- II. recursos informacionais.
- III. selecionador de recursos informacionais.
- IV. pacote informacional.
- V. acesso à informação.
- VI. retroalimentação.

Ocorre que

- (A) apenas o item III está incorreto, esse elemento não está incluído no SDI em qualquer de suas fases.
- (B) apenas os itens I, II e V estão corretos, os demais itens são: diagnóstico, definição da política e implementação.
- (C) apenas o item VI está incorreto, o termo correto é avaliação, fase em que usuário e bibliotecário chegam juntos a uma conclusão.
- (D) todos os itens estão corretos, as tecnologias da informação contribuíram para elevar a autonomia do usuário.
- (E) apenas o item IV está incorreto, na verdade, trata-se da resposta resultante da seleção realizada pelo serviço.

80. Em bibliotecas digitais, a recuperação da informação pode ocorrer a partir de diferentes recursos, entre os quais:

- I. busca federada: metadados de diversos provedores de informação são coletados automática e periodicamente e armazenados em uma base centralizada de metadados, onde são efetuadas buscas de forma integrada.
- II. *harvesting*: uma única interface pesquisa múltiplos recursos de informação interligados.

Verifica-se que

- (A) apenas o item I está incorreto, a definição se refere ao *cross-database search*.
- (B) os itens I e II estão corretos, esses são os recursos mais comuns em uso.
- (C) os itens I e II estão incorretos, as respectivas definições estão invertidas.
- (D) apenas o item I está incorreto, a definição se refere à metabusca.
- (E) apenas o item II está incorreto, a definição se refere aos portais de busca.

**PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II****Instruções:**

Em conformidade com o Capítulo VIII do Edital do Concurso:

- *Será atribuída nota zero à Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, no espaço destinado à redação definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); c) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; fugir ao tema proposto.*
- *Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.*
- *Será considerado habilitado na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)."*

As bases de dados são a maneira como os dados são armazenados em computadores. Podem ser tanto uma coleção de dados sobre as atividades de uma organização, quanto uma coleção de dados disponíveis ao público. Descreva os 2 (dois) grandes grupos de bases de dados, fundamentando as principais diferenças entre eles e indicando 2 (dois) tipos de base de cada grupo.

(Utilize as linhas a seguir para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

NÃO EScreva NESTE Espaço